IGUARAÇU
PREFEITURA

I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IGUARAÇU

2025-2029

Prefeito do Municipio de Iguaraçu
Cláudio Aparecido Bernin

Vice Prefeito
Elias Parladore

Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguaraçu

Secretaria Muncipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente
Adriano Aparecido Sala
Rafaela Maria Boson Jurkevicz

Secretaria Muncipal de Educação
Ivone Batista de Oliveira Eloi
Talita Santos da Cruz Rocha

Secretaria Muncipal de Saúde
Valdemir Santos Canavezi Junior
João Vitor de Oliveira Andrade

Secretaria Muncipal de Assistência Social
Rozângela Denipotti Bernin
Gislaine Lopes dos Santos

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguaraçu

Representantes Governamentais

Secretaria Muncipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente
Adriano Aparecido Sala
Rafaela Maria Boson Jurkevicz

Secretaria Muncipal de Saúde
Valdemir Santos Canavezi Junior
João Vitor de Oliveira Andrade

Secretaria Muncipal de Educação
Ivone Batista de Oliveira Eloi
Talita Santos da Cruz Rocha

Secretaria Muncipal de Assistência Social
Rozângela Denipotti Bernin
Gislaine Lopes dos Santos

Representantes da Sociedade Civil

Associação dos Feirantes
Fernanda vieira Fernandes Martins da Fonseca
Sigmar Dias Pereira

Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iguaraçu – ACMRI.
Cláudia Silva Barboza
Adriano Aparecido dos Santos Silva

Associação da Vila Rural Ytizhak Rabin.
Leila Márcia da Luz Tonolli
Elizabety Aparecida Gonçalves Rosa

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iguaraçu - APPRI
Eduardo César Sala
Bianca Gregório de Souza

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná)
Leonel Schier
Daniele Bertaglia Vieira Begosso

Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal – APMF
Jordana Barbosa Miranda Castilho
Lucimar Pereira Canova

Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Centro de Educação Infantil (CMEI) ‘’Gente Pequena’'
Jordana Barbosa Miranda Castilho
Lucimar Pereira Canova

Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Cyro Pereira de Camargo – APMF
Maria Bernadete Jussani Sanchez
Hericleia Cristina Xavier dos Santos Abrantes

Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE
Marineusa Lopes dos Santos
Claudete Aparecida Lopes Canave

IGUARAÇU
PREFEITURA

Siglas

APPRI – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iguaraçu

ATeG – Programa de Assistência Técnica e Gerencial

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BPC – Benefícios de Prestação Continuada

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PPP - Projeto Político Pedagógico

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNSAN – Política de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAC – Solução Alternativa Coletiva

SAI – Solução Alternativa individual

SEAB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

SISAGUA – Sistema de Informação da Vigilância e Qualidade da Água

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família

UFPA – Unidades Familiares de Produção Agrária

VISA – Vigilância Sanitária

1. APRESENTAÇÃO

Apresentamos o 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Iguaraçu, elaborado para o período de 2025 a 2029, com base nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Este plano expressa o compromisso do município com a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio de ações que visam garantir o acesso a uma alimentação saudável, em consonância com as políticas nacional e estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

As diretrizes, objetivos e metas do PLAMSAN foram construídos a partir da análise das ações já desenvolvidas no município, da leitura de dados e indicadores socioeconômicos locais e discussões realizadas em espaços de participação social, com acompanhamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é uma estrutura pública que articula diferentes setores do governo e da sociedade civil, com o objetivo de garantir o acesso contínuo à alimentação adequada e saudável. Esse sistema é composto por órgãos intersetoriais, como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) nas esferas federal, estadual e municipal, e por instâncias de participação social, como as Conferências e os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs).

O SISAN promove a integração entre gestores públicos, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, representantes do setor privado, especialistas e profissionais de diversas áreas, para uma construção conjunta de políticas e ações que assegurem o acesso à alimentação adequada em todo o território.

Em 2023, o município de Iguaraçu realizou a III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, que tratou do tema "**Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade''**. Neste momento, a sociedade civil e poder público se reuniram para propor estratégias concretas voltadas à superação das situações de insegurança alimentar e à efetivação do DHAA.

2. Marco Conceitual

A partir das conferencias e das propostas nelas aprovadas, o municipio compreendeu a importancia de aderir ao SISAN e estruturar a politica Municipal de Segurança Alimentar. Em 30 de novembro de 2013, foi criado o COMSEA de Iguaraçu. No mesmo ano, em 16 de

dezembro de 2013, a CAISAN foi instituída por meio do Decreto nº 162/2013.

No dia 13 de dezembro de 2016, o municipio de Iguaraçu formalizou sua adesão ao SISAN, assumindo o compromisso de desenvolver e consolidar a politica municipal. Entre os comprimissos, a garantia do pleno funcionamento das instâncias de controle social e a elaboração do PLAMSAN. O plano é fundamental para a organização, articulação e planejamento de ações intersetoriais no âmbito do poder publico. Sua finalidade é contribuir para a garantia do acesso ao DHAA em quantidades e qualidades suficientes, respeitando os habitos alimentares locais, a cultura as especificidades da população, especialmente em situação de vulnerabildade social que mais sofre com a fome.

O PLAMSAN foi elaborado com base em um diagnóstico da realidade local e nos debates realizados em espaços de participação social. Ele define metas e ações alinhadas às oito diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelecidas pelo Decreto nº 7.272/2010. Mais do que um documento técnico, o plano é uma ferramenta que transforma as demandas da população em ações concretas, programas e projetos voltados à promoção da segurança alimentar no município.

2.1 Iguaraçu-PR

O município de Iguaraçu teve seus primeiros povoadores em 1942, com a chegada das famílias de Joaquim Ferreira Leite, Paulo Naga e João Fernandes. A ocupação se intensificou em 1946**,** com a aquisição e loteamento de terras por João Batista e Antônio Schiavinato, dando início ao desenvolvimento urbano local. Inicialmente, Iguaraçu foi elevado à categoria de distrito judiciário do município de Astorga, em 1953**,** e posteriormente emancipado, tornando-se município independente pela Lei Estadual nº 2505, de 22 de novembro de 1955, com instalação oficial em 16 de dezembro de 1956**.**

O nome Iguaraçu**,** de origem tupi, possui significados atribuídos como **"**bom lugar**"** ou "onde há muita água", e os habitantes são denominados iguaraçuenses. Ao longo de sua história, Iguaraçu teve os distritos de Flórida e Ângulo vinculados ao seu território, os quais posteriormente se tornaram municípios autônomos, permanecendo hoje constituído apenas pelo distrito sede**.**

Localizado na região Norte Central do Estado do Paraná, o município integra a Região Metropolitana de Maringá (Figura 1). Foi emancipado politicamente em 22 de novembro de 1956 e possui uma área territorial de aproximadamente 164,983km^2. Segundo o IBGE, faz limites com os municípios de Ângulo, Astorga, Munhoz de Melo, Santa Fé e Maringá. (Figura 2). Localiza-se a uma latitude de 23° 11’ 49” Sul e longitude de 51° 49’ 39” oeste,

estando a uma altitude de 580 metros.

Figura 1 – Localização de Iguaração em relação ao estado do Paraná e ao Brasil.

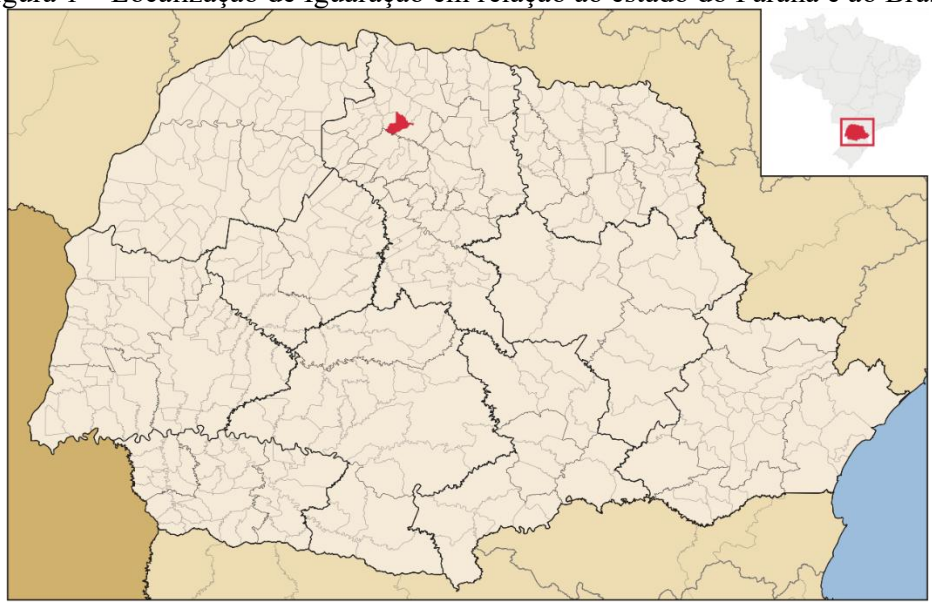


Figura 2 – Mapa dos Municípios limítrofes de Iguaraçu-PR.

Fonte: IPARDES, 2025

3. Marco Situacional

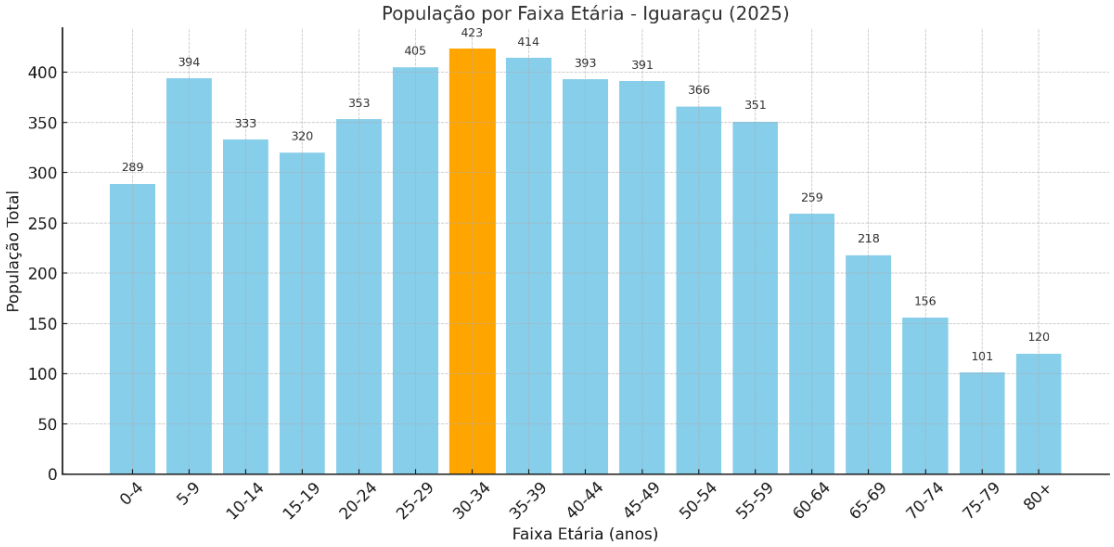
3.1 Característica da População

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, Iguaraçu conta com uma

população de 5.5338 habitantes, com estimativa de 5.599 habitantes para o ano de 2024. A densidade demográfica é de 32,35 habitantes por km^2, sendo considerada uma cidade de pequeno porte, com predomínio de áreas urbanas (89%), enquanto 11% vivem em zona rural.

Há um equilíbrio entre os dois gêneros, com leve predominância feminina, com 2.695 mulheres e 2.643 homens e a faixa etária predominante concentra-se entre 30 e 34 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição da população por faixa etária no município de Iguaraçu (2025)



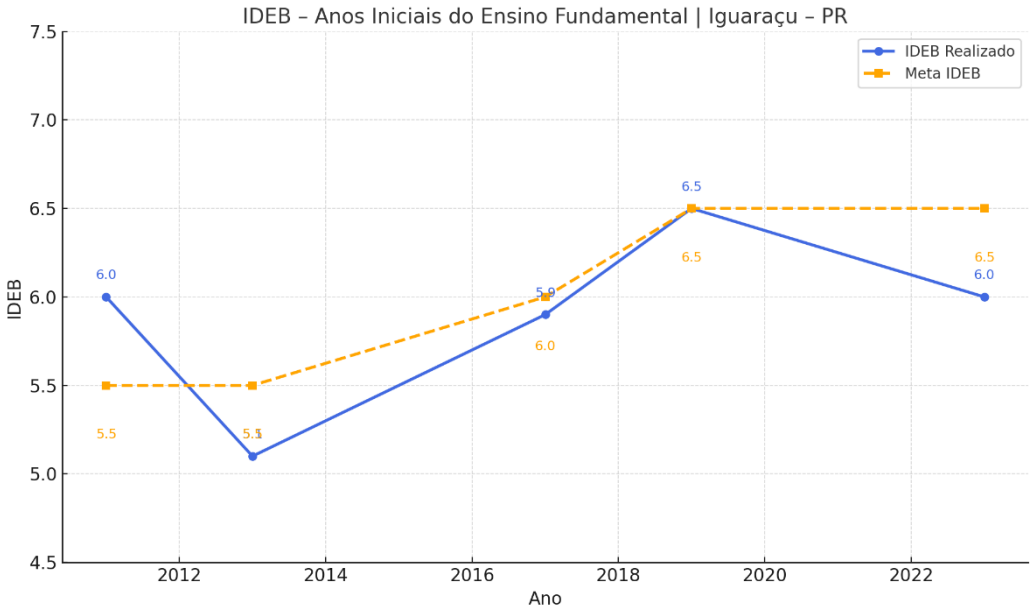
Fonte: CADERNO IPARDES, 2025.

O gráfico apresenta a população total distribuída por faixas etárias no município de Iguaraçu, conforme dados do Censo 2022 e projeções atualizadas para 2025. A faixa etária de 30 a 34 anos, destacada em laranja, representa o maior contingente populacional, com 423. O número de crianças e adolescentes nas faixas entre 5 e 14 anos (Gráfico 1) destaca a importância da segurança alimentar na escola.

Em Iguaraçu, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem apresentado oscilações ao longo dos anos. Em 2011, o município atingiu um índice de 5,7, superando a meta estabelecida para o período. No entanto, em 2013, houve uma queda significativa para 5,1, ficando abaixo da média projetada (5,5). Após esse declínio, o desempenho voltou a crescer, atingindo 5,9 em 2017 e alcançando a meta de 6,7 em 2021, o melhor resultado registrado até o momento. Já em 2023, observou-se uma nova queda, com o índice retornando a 6,0, novamente abaixo da meta estipulada (6,5). Em 2023, não foi aferido o IDEB no município de Iguaraçu, na medida

em que o caminhão que transportava malotes de provas e cartões respostas da prova Sistema de Avaliação da Educação Bácia (SAEB), sofreu um sinistro, caiu em um rio, o que impediu a tribuição de resultados.

Gráfico 2 - IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Iguaraçu – PR (2011 a 2023)



Fonte**:** Inep/MEC – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A taxa de alfabetização da população por faixa etária, referente ao ano de 2022, apontam um panorama positivo nas faixas etárias mais jovens, indicando um nível elevado da escolarização básica, mas também apontam desafios entre a população idosa (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de Alfabetização segundo faixa Etária

Faixa Etária (anos)	Taxa de Alfabetização (%)
15 a 19	99,06%
20 a 24	98,58%
25 a 34	99,28%
35 a 44	97,65%
45 a 54	96,17%
55 a 64	91,64%
65 e mais	75,29%

Fonte: IPARDES, 2025

Esses dados reforçam a importância da manutenção de políticas públicas voltadas à melhoria contínua da qualidade da educação, especialmente nos anos iniciais, etapa fundamental para a formação de hábitos e desenvolvimento de competências básicas.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Iguaraçu é de 0,758, o

que situa o município em um nível médio-alto de desenvolvimento para a localidade. Na dimensão da longevidade, o IDHM registra 0,833, refletindo uma expectativa de vida ao nascer de aproximadamente 74,95 anos, o que aponta para boas condições de saúde e qualidade de vida da população. Em relação à educação, o índice é de 0,732. Este valor considera dois fatores principais: a escolaridade da população adulta, que é de 0,58, e o fluxo escolar da população jovem, medido pela frequência escolar, que está em 0,82. No que diz respeito à renda, o IDHM é de 0,714, com uma renda per capita média de R$ 678,32.

De acordo com dados do IBGE, em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Iguaraçu era equivalente a 2,2 salários mínimos. Nesse ano, havia 1.822 ocupadas, representando 34% da população total. Já em 2010, 29,1% da população possuíam rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo. Em 2021, o Produto Interno Bruno (PIB) per capita era de R$ 47.491,38. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 122 de 399 entre os municípios do estado e na 1052 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2022 era de 74,85%, o que o colocava na posição 1 de 399 entre os municípios do estado e na 1 de 5570. Em 2022, o total de receitas realizadas foi de R$ 45.897.742,65 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R$ 42.465.766,43 (x1000). Isso deixa o município nas posições 1 e 1 de 399 entre os municípios do estado e na 1 e 1 de 5570 entre todos os municípios.

O município comporta diversos setores de atividades econômicas e o setor agropecuário é o mais expressivo, com 392 trabalhadores e impacta diretamente na segurança alimentar e boa parte da produção atende o consumo local. Seguido, a indústria de transformação, responsável por converter matéria-prima em produtos também se destaca no município, agregando valor aos produtos e potencializando a economia alimentar do município. As demais atividades econômicas e a distribuição da população são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da População Ocupada por Atividade Econômica

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	392
Indústrias extrativas	22
Indústrias de transformação	328
Eletricidade e gás	4
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	22
Construção	148
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	168
Transporte, armazenagem e correio	84
Alojamento e alimentação	90
Informação e comunicação	11

Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	16
Atividades imobiliárias	12
Atividades profissionais, científicas e técnicas	29
Atividades administrativas e serviços complementares	67
Administração pública, defesa e seguridade social	187
Educação	96
Saúde humana e serviços sociais	57
Artes, cultura, esporte e recreação	54
Outras atividades de serviços	52
Serviços domésticos	149
Atividades mal especificadas	105
TOTAL	2.093

Fonte: IPARDES, 2025

3.2 Aspectos socioeconômicos e o acesso da população ao DHAA

O acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está diretamente relacionado às condições socioeconômicas da população. Fatores como renda, emprego, escolaridade, habitação e acesso a serviços públicos influenciam significativamente a segurança alimentar das famílias, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

3.2.1 Educação

Em 2025, o município de Iguaraçu conta com um total de 9 estabelecimentos de ensino que oferecem modalidades da educação básica, distribuídos entre as redes estadual e municipal. A educação infantil está presente em duas unidades municipais duas municipais atendendo às etapas de creche e pré-escola. Já o ensino fundamental é ofertado por duas, sendo a primeira etapa (1º a 5º ano) na esfera municipal, segunda etapa (6º ao 9º ano) na esfera estadual, bem como ensino médio é oferecido exclusivamente por uma escola da rede estadual. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) está presente em duas instituições, sendo uma de ensino fundamental em uma escola municipal e ensino médio ofertado pelo colégio estadual. Além disso, o município conta com uma escola que oferece educação especial em classes exclusivas, atendendo estudantes com deficiência.

A alimentação escolar é ofertada de forma contínua e adequada às necessidades dos diferentes públicos atendidos nas unidades:

3.2.1.1 Educação Alimentar e Nutricional

As ações são integradas ao currículo Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola e é acompanhada com o apoio técnico da nutricionista da rede, que assessora o planejamento das atividades e o cardápio da alimentação escolar, promovendo hábitos alimentares saudáveis desde

a primeira infância.

3.2.1.2 Alimentação Escolar por Etapa de Ensino

Creche ‘’Gente Pequena’’ (0 a 3 anos)

A instituição conta com três cardápios diferenciados de acordo com a faixa etária

- Crianças de 6 a 9 meses: Quatro refeições diárias, sendo duas mamadeiras de leite (às 8h e às 12h), almoço e jantar compostos por sopas com uma a duas fontes de carboidrato, duas a três fontes de vegetais, uma fonte de vegetais folhosos, uma fonte de proteína e fruta amassada como sobremesa.
- Crianças de 9 a 12 meses: Quatro refeições diárias, sendo duas refeições com leite e frutas (às 8h e às 12h), almoço e jantar com sopas semelhantes ao grupo anterior, acrescidas de uma fonte de leguminosa, com fruta amassada de sobremesa.
- Crianças de 1 a 3 anos: Cinco refeições diárias

1. Café da manhã: leite com cacau ou chá, pão francês com manteiga.
2. Almoço: arroz, feijão, salada e carne.
3. Lanche da tarde: fruta, vitamina de leite com frutas, biscoito de polvilho.
4. Jantar: preparações cremosas como caldos de mandioca, cabotiá, macarrão, sopas, canjiquinha, entre outras, sempre com uma fonte de carne.
5. Lanche antes da saída: frutas ou biscoito de polvilho.

- Frequência das proteínas: Carne suína: 1 vez por semana; Peixe: 2 vezes por mês; Frango e carne bovina: intercalados nas demais refeições.

Creche ‘’Vamos Crescer Juntos’’ (4 a 5 anos)

Período Integral conta com quatro refeições diárias:

1. Café da manhã: leite com cacau ou chá, pão francês com manteiga.
2. Almoço: arroz, feijão, salada, carne e sobremesa com frutas duas vezes por semana.
3. Lanche da tarde: fruta (2x/semana), vitamina de frutas, biscoito de polvilho ou pão com manteiga.

4. Jantar: preparações cremosas ou pão com carne moída, sempre com fonte proteica.

Período Integral conta com quatro refeições diárias:

1. Matutino: café da manhã e almoço.
2. Vespertino: apenas o jantar.

Frequência alimentar: Frutas três a quatro porções por semana; Carnes e vegetais, dez porções por semana; Leguminosas, cinco porções por semana.

Escola Municipal ‘’Elena Bruski de Vasconcelos’’ (6 a 10 anos)

Atendimento em período parcial, com as seguintes refeições:

- Matutino:
    1. Café da manhã: pão com manteiga, leite com cacau ou chá.
    2. Almoço: arroz e feijão (3 a 4 vezes na semana), caldos, sopas, macarrão ou canjiquinha (1 a 2 vezes por semana), sempre com fonte de proteína.
- Vespertino:
    1. Jantar: mesma composição do almoço.

Frequência alimentar: Frutas, três a quatro porções por semana; Carnes e vegetais, cinco porções por semana; Leguminosas três a quatro porções por semana.

Escola Especial “Raio de Sol”

Atendimento em período parcial, com uma refeição:

1. Matutino: almoço.
2. Vespertino: jantar (mesma composição do almoço).

Cardápio semelhante ao da escola municipal, respeitando as orientações nutricionais e necessidades dos alunos.

Frequência alimentar: Frutas, três a quatro porções por semana; Carnes e vegetais, cinco porções por semana; Leguminosas três a quatro porções por semana.

3.2.1.3 Aquisição e Distribuição de Alimentos

Semanalmente hortifrutis e perecíveis são adquiridos, incluindo alimentos como abóbora verde, cabotiá, batata doce, carne e panificados. Mensalmente, alimentos não perecíveis como

arroz, feijão carioca e preto, macarrão, canjiquinha, canjica branca, fubá e biscoitos são recebidos.

3.2.1.4 Atendimento a Crianças com Restrições Alimentares

A Secretaria Municipal de Educação realiza o acompanhamento de crianças com intolerâncias alimentares, mediante apresentação de laudos médicos ou nutricionais. Essas crianças são devidamente identificadas pelas equipes escolares e recebem refeições adaptadas, como leite sem lactose para intolerantes à lactose, macarrão sem glúten, substituições específicas para intolerância ao ovo ou outras restrições. Todo o corpo pedagógico e as merendeiras são orientados quanto ao manejo seguro da alimentação dessas crianças.

Levando em consideração a importância da segurança alimentar e nutricional nas unidades escolares da rede municipal de ensino, são ofertados cursos de capacitação em Boas Práticas de Manipulação de Alimentos às merendeiras e colaboradores da limpeza. As capacitações são feitas pela própria nutricionista da Secretara de Educação. Boas Práticas de Manipulação são um conjunto de procedimentos higiênico-sanitários que visam garantir a qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes, prevenir doenças transmitidas por alimentos (DTA) e assegurar o cumprimento de normas da vigilância sanitária. A capacitação da equipe tem como principais objetivos:

- Reduzir riscos de contaminação alimentar nas escolas;
- Padronizar os procedimentos de limpeza, armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos, contribuindo para a redução do desperdício;
- Aprimorar o aproveitamento dos alimentos, contribuindo para a redução do desperdício;
- Valorizar o trabalho das merendeiras e demais profissionais envolvidos;
- Assegurar o atendimento às exigências dos órgãos de controle e fiscalização.

No mesmo objetivo, a Prefeitura Municipal de Iguaraçu, através da Secretaria Municipal de Educação realiza entrega de uniformes completos específicos aos profissionais da limpeza e da cozinha a fim de promover a segurança, conforto, padronização e identificação adequada das equipes, contribuindo de forma direta para a higiene no preparo e na manipulação de alimentos.

3.2.1 Assistência Social

3.2.1.1 Organização da Assistência Social no Município

A Legislação, organização e regulamentação da Assistência Social se fortaleceu em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). No entanto, somente

em 2004, com publicação da Resolução nº. 145 de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social, a Assistência Social passou a ter caráter de política pública, por meio da instauração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que aprofunda as diretrizes, objetivos e os parâmetros de atuação.

A organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é definida pela PNAS/2004 e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/2012). A estrutura prevê a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, de caráter continuado ou eventual, organizados em níveis de proteções: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

3.2.1.2 Proteção Social Básica

Os serviços de Proteção Social Básica são ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e visam o atendimento a pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade, com foco na prevenção de risco sociais e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O município de Iguaraçu, classificado como de pequeno porte I, conta com um único CRAS, considerado a principal porta de entrada da política de assistência social, que presta de forma gratuita Serviços de Proteção Social Básica, visando a ampliação de capacidades, a sociabilidade, o acesso a direitos e novos conhecimentos bem como a participação na vida familiar e comunitária. A unidade funciona em sede própria, com salas para técnicas e coordenação, sala de grupos e banheiros, sendo um deles adaptado para pessoas com deficiência.

As maiores situações de vulnerabilidade social encontrada no município, são: conflitos familiares, dificuldade financeira, desemprego, falta de moradias próprias e moradias precárias, baixa escolaridade, insegurança alimentar, gestação precoce e dependência química. Atualmente um dos maiores problemas mencionados pela equipe técnica do CRAS de Iguaraçu é a adesão das famílias na rede de proteção social básica e o que se tem feito para amenizar estas questões é a divulgação do trabalho oferecido pelo serviço através de visitas domiciliares (busca ativa), por meio da realização da Conferência Municipal de Assistência Social e busca de parcerias com a rede.

3.2.1.3 Dados dos Atendimentos (2024)

Em 2024, o CRAS de Iguaraçu realizou um total de 2.645 atendimentos gerais à população. Foram realizadas 158 visitas domiciliares com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e identificar situações de vulnerabilidade. No que se refere aos benefícios eventuais,

como cesta básica, auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio transporte e documentação civil, foram concecidos 1.092 atendimentos. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) atendeu 127 pessoas, sendo 79 crianças e adolescentes e 48 idosos.

3.2.2 Programas de Transferência de Renda

Até dezembro de 2024, 258 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e 54 famílias receberam Auxílio Gás. A Tarifa Social de Energia Elétrica contemplou 142 famílias, conforme dados do Programa Nacional de Gestão de Benefícios Socioassistenciais (PNGP). O Programa Leite das Crianças atendeu 41 famílias em janeiro de 2025. O município também registrou 94 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) até dezembro de 2024, além de 55 famílias atendidas pelo Programa Compra Direta Estadual. A distribuição dos benefícios do Programa Bolsa Família no município estão descritos na tabela a baixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Programas de Transferência de Renda no Município de Iguaraçu

Indicador / Tipo de Benefício	Quantidade	Valor Unitário / Total	Observações
Famílias beneficiadas	239 Famílias	-	-
Pessoas beneficiadas	711 Pessoas	-	-
Investimento Total	-	R$ 150.349,00	-
Benefício médio por família	-	R$ 629,08	-
Benefício de Renda de Cidadania (BRC)	711	R$ 142,00 por integrante	Pago para todas as famílias beneficiarias
Benefício Complementar (BC)	202	Valor variável	Complementa a renda até atingir R$ 600,00 por família
Benefício Variável Familiar (BVF)	0	R$ 50,00	Para gestantes, criança e adolescentes de 7 a 18 anos (não pago neste período)

Fonte: Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

3.3 Características da Produção e Abastecimento

De acordo com a nova classificação da Embrapa, quatro tipos de solo constituem a paisagem de Iguaraçu (Figura 2), com predomínio do Latossolo Vermelho, seguido pelo Nitossolo Vermelho, Neossolos Litólicos e por fim o Argiloso Vermelho. Enquanto o Nitossolo Vermelho apresenta maior dispersão, estando distribuídos por vários setores do município. O Latossolo Vermelho associa-se às regiões altas da área da unidade de paisagem, o Argoloso Vermelho localiza-se na região norte do município e o Neossolos Litólicos restringe-se a uma pequena área perto de Ribeirão Aurora. Para efeitos comparativos da dispersão dos diferentes tipos de solo na

paisagem de Iguaraçu é possível observar que o Latossolo vermelho se associa a região com as maiores cotas de altitude de oeste a sul do município de Iguaraçu e, com baixos índices de declividade, o Neossolos Litólicos que se inicia na área de escavação das cabeceiras de drenagem, onde são encontrados os maiores índices de declividade. Já o Argiloso Vermelho associase as áreas com cotas mais baixas, principalmente na região norte do território

Latossolos

São solos formados por material mineral e altamente intemperizados e costumam ser bem ou fortemente drenados, embora existam variações menos drenadas. Em geral, são fortemente ácidos e com baixa saturação por bases (distróficos ou álicos). No entanto, há também Latossolos com média ou alta saturação por bases. Esses solos são típicos de regiões tropicais e subtropicais, aparecendo principalmente em áreas de relevo plano a suavemente ondulado, mas também podem ocorrer em áreas mais acidentadas. São originados de uma ampla variedade de rochas, sob diferentes condições de clima e vegetação.

Nitossolos

Solos minerais profundos, bem drenados, com textura argilosa ou muito argilosa. Caracterizam-se pelo horizonte B nítico, com estrutura bem desenvolvida e cerosidade. Diferente dos Latossolos, os Nitossolos não apresentam aumento significativo de argila entre os horizontes A e B. Originam-se, em geral, de rochas básicas (como basalto e diabásio) ou intermediárias (como gnaisses e charnoquitos). Possuem coloração vermelha a brunada, são moderadamente ácidos a ácidos e podem ter saturação por bases alta ou baixa, com argilas de baixa atividade.

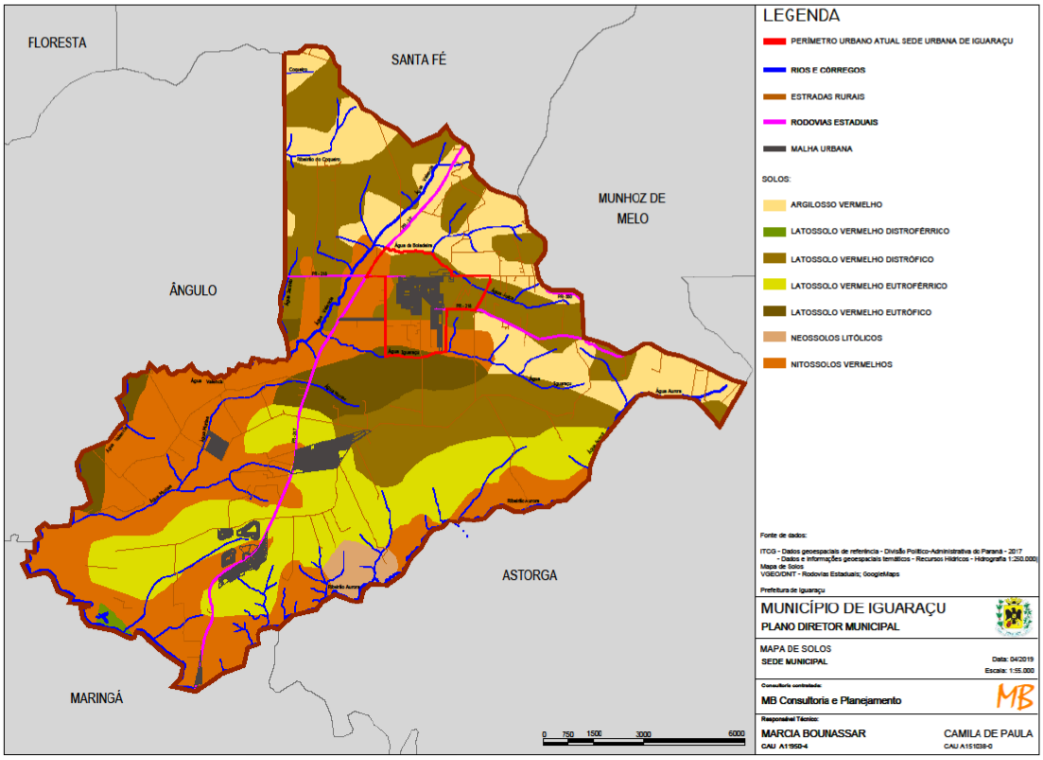
Neossolos

São solos pouco desenvolvidos, com baixa atuação dos processos de formação do solo. Não possuem horizonte B diagnóstico e apresentam sequências simples de horizontes (ex: A–C, A–R, etc.). Os Neossolos mais férteis (eutróficos) e profundos têm bom potencial agrícola, especialmente em áreas planas. Já os distróficos (menos férteis e mais ácidos) requerem adubação e calagem para uso agrícola. Os de textura arenosa têm baixa capacidade de retenção de água, sendo menos indicados para cultivo e exigindo atenção especial quando próximos a cursos d'água, por se localizarem em áreas de preservação permanente (matas ciliares).

Solos Argilosos

Apresentam profundidade variável e drenagem que pode ir de boa a imperfeita. Suas cores predominam entre vermelha, amarela, e em menor frequência, brunada ou acinzentada. São solos de acidez moderada a forte e com saturação por bases variável. A composição é predominantemente caulinítica, com baixa atividade das argilas.

Figura 2 – Mapa dos Tipos de Solos no Município de Iguaraçu – PR



Fonte: Plano Diretor Municipal, 2023

O clima de Iguaraçu é considerado Subtropical úmido Mesotérmico, de temperatura média nos meses mais frios de 15.5ºC e temperatura média no mês mais quente de 22.4ºC, com verões quentes, geadas pouco frquentes e tendência a concentração de chuvas nos meses de verão. Na região, o volume de chuvas é significativo ao longo do ano e, mesmo no mês mais seco, em agosto, ainda é observada alta pluviosidade, com precipitação média de 47mm. Já em janeiro, considerado o mês de maior precipitação a média é de 176mm (Plano Diretor Municipal, 2023).

As principais atividades agropecuárias do município estão descritas nas tabelas a baixo.

Tabela 4 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária.

Cultura Temporária	**Área Colhida (ha)**	**Produção (t)**	**Rendimento Médio (kg/ha)**	**Valor (R$ 1.000,00**
Cana-de-açúcar	1.757	162.976	92,758	18.429
Mandioca	5	150	30.000	120
Milho (grão)	8.232	47.750	5.801	32.857
Soja (grão)	9.500	40.043	4.125	85.857
Sorgo (grão)	600	1.934	3.223	1.122
Trigo (grão)	425	1.420	3.341	1.198

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Tabela 5 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente.

Cultura Permanente	Área Colhida (ha)	Produção (t)
Café (grão)	15,60	18.72

Fonte: SEAB/DERAL

Tabela 6 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo atividades econômicas - 2017

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura temporária	93	12.488
Horticultura e floricultura	13	22
Lavoura permanente	5	87
Pecuária e criação de outros animais	108	2.464
Produção florestal de florestas plantadas	3	-
Aquicultura	1	-
Total	223	15.151

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Tabela 7 – Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho – 2025

Efetivos	Unidade	Número
Rebanho de bovinos	Cabeça	5.538
Rebanho de equinos	Cabeça	195
Frango de Corte	kg	11.070.714,00
Galinha Capira	kg	3.250,00
Rebanho de suínos	kg	736
Matrizes de suínos	Cabeça	58
Rebanho de Ovinos	Cabeça	549
Rebanho de Bubalinos	Cabeça	2
Rebanho de Caprinos	Cabeça	12
Rebanho de vacas ordenhadas	Cabeça	690

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal. SEAB/DERAL

Tabela 8 – Produtos de Origem Animal - 2025

Produtos	Unidade	Produção
Leite	mil L	10
Mel de Abelha	kg	14.000
Ovos de galinha	Dz	10.600

Fonte: SEAB/DERAL

Tabela 9 – Produção da Aquicultura - 2025

Produtos	Unidade	Produção (kg)
Tilápia	kg	736

Fonte: SEAB/DERAL

O município conta com quatro produtores da agricultura familiar que fornecem diretamente os alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da

modalidade de compra direta. Além disso, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iguaraçu (APPRI) também participa do fornecimento ao PNAE, sendo composta por 29 produtores da agricultura familiar. A soma das entregas feitas pelos produtores individuais e pela associação garante ao município o cumprimento da exigência mínima de 30% dos recursos do PNAE à agricultura familia.

3.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rurual, por meio de ações que visam ampliar a capacidade produtiva, gerar ocupação e tenda, melhorar a qualidade de vida no campo e garantir o exercício da cidadania pelos agricultores familiares. Apoia atividades agrícolas e não agricolas desenvolvidas pelos agricultores familiares no próprio estabelecimento rural ou em áreas rurais e urbanas próximas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e segurança alimentar.

Atualmente, Iguaraçu conta com 30 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPAs) registradas no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) que acessam crédito rural para financiamento de lavouras, atividades pecuárias, melhorias da infraestrutura das propriedades, comercialização da produção pelo PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

3.3.2 Assistência Técnica a Extensão Rural

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ocorre através de um processo de educação não formal, contínua e participativa no meio rural, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável. O objetivo é promover melhorias nos sistemas de produção, por meio da disseminação de inovações, tenologias e do acesso às políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

De forma direta, contribui para o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, o acesso a mercados, a sustentabilidade ambiental e a elevação da renda. No Estado do Paraná, a assistência é executada oficialmente pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), que oferece assistência ténica gratuita aos agricultores.

Além do IDR, outras instituições também prestam serviços de ATER como por sindicatos, associações e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que atua como foco na capacitação técnica. O município também conta com a atuação do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (AteG), um programa do SENAR que oferece assistencia técnica contínua à consultoria gerencial, permitindo aprimoramente das técnicas produtivas. Durante dois

anos, o AteG realiza visitas mensais gratuitas, com duração mínima de quatro horas atendendo diretamente as necessidades e demandas de cada produtor. De forma direta, o programa contribui para a segurança alimentar e nutricional, fomentando a produção de alimentos de qualidade, além de fortalecer a economia local.

3.3.3 Associativismo

O município conta com associações que fortalecem a economia local, contribuindo para a valorização da agricultura familiar, fortalecimento das cadeias produtivas locais, a geração de renda e a inclusão social. As associações são:

- Associação Comunitária de Desenvolvimento de Iguaraçu – ACODESI
- Associação dos Feirantes de Iguaraçu Luzia Rocha
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iguaraçu - APPRI
- Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iguaraçu – ACMRI.
- Associação da Vila Rural Ytizhak Rabin.
- Associação dos Moradores do Vila Verde

3.3.4 Serviço de Inspeção Municipal – SIM

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é o órgão responsável pela fiscalização e regulamentação da produção e comercialização de produtos de origem municipal, como carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e deus derivados, o leite e seus derivados e os produtos de abelhas e seus derivados, comestíveis e não comestíveis, com adição ou não de produtos vegetais. O objetivo é assegurar a qualidade sanitária dos alimentos produzidos localmente, protegendo a saúde pública e promovendo o desenvolvimento da agroindústria familiar.

Em Iguaraçu, O SIM foi instituído no ano de 1995 através da Lei Ordinária nº 29/1995 e Regulamentada pela Lei Complementar nº 16/2021 através do Decreto nº 259/2021. Atua por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente. Os produtos inspecionados recebem um selo que garante sua procedência e qualidade, podendo ser comercializado legalmente dentro do município. Atualmente, o município conta com 08 estabelecimentos registrados no SIM, abrangendo atividades como, abate de bovinos, entreposto de carne ovina e caprina, fabricação de queijos, produção de filé de tilápia, entre outros.

3.4 Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) no municipio de Iguaraçu está organizado com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, assegurando o acesso gratuito à saúde para toda a população. O municipio dispõe dos seguintes serviços e estruturas vinculados à rede municipal de saúde:

UBSF Copacabana - Unidade de referência para a Atenção Primária à Saúde, onde são realizados atendimentos clínicos, acompanhamento de doenças crônicas, pré-natal, puericultura, vacinação e ações educativas e preventivas em saúde.

UBS 24 horas - Unidade destinada ao atendimento de urgência e emergência, funcionando em regime de plantão ininterrupto, com suporte clínico básico à população.

Sala de Vacinação - Integrada à UBSF Copacabana, oferece imunizações de rotina e campanhas vacinais, seguindo o Calendário Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde.

Serviço de Transporte Sanitário - Responsável pelo deslocamento de pacientes para consultas especializadas, exames e procedimentos fora do município, garantindo o acesso a serviços de média e alta complexidade em centros de referência regional.

Farmácia Municipal - Realiza a dispensação de medicamentos básicos e de uso contínuo, conforme a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), assegurando o uso racional de medicamentos e o acompanhamento farmacoterapêutico.

Serviço de Vigilância em Saúde - Compreende as áreas de Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador, atuando na prevenção e controle de doenças transmissíveis, surtos, fiscalização de estabelecimentos e controle de vetores, além do monitoramento de riscos à saúde.

Os principais serviços prestados nessas estruturas são:

- Consultas médicas em Clínica Geral e Estratégia Saúde da Família;
- Consultas especializadas em Pediatria e Ginecolocia/Obstetrícia;
- Atendimento de enfermagem, incluindo pré-natal, planejamento familiar e visitas domiciliares;
- Imunização de rotina e participação em campanhas nacionais de vacinação;
- Acompanhamento de pacientes em doenças crônicas, como hipertensão e diabetes;
- Ações de vigilância e combate a endemias, como dengue, zika e chikungunya;

- Atividades de educação em saúde nas escolas, unidades e comunidades;
- Encaminhamento para exames especializados e serviços de média e alta complexidade via Central de Regulação.

Cerca de 80% dos moradores da cidade são usuários do SUS. Essa cobertura garante acesso contínuo ao cuidado em saúde, com vínculo das equipes de saúde às famílias e acompanhamento integral das condiçoes de saúe da população.

3.4.1 Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional é uma ferramente do Ministério da Saúde que tem como objetivo monitorar a situação alimentar e nutricional da população atendida pelo SUS. No município de Iguaraçu, o SISVAN encontra-se em funcionamento com dois perfis de acesso ativos, o da enfermeira da Estratégia Saúde da Família (ESF) e o da profissional responsável pela digitação e alimentação do sistema.

No sistema são lançados o estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças, bem como das gestantes que realizam o acompanhamento pré-natal da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Copacabana. Em casos de alterações no estado nutricional nos registros, crianças e gestantes são encaminhadas para o atendimento com a nutricionista do município.

3.4.2 Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária (VISA) é um conjunto de ações que visa eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde pública, intervindo em problemas sanitários relacionados ao meio ambiente, à produção e à circulação de bens, bem como à prestação de serviços de interesse à saúde. Atua no controle sanitário de bens de consumo e serviços, desde a produção até o consumo, garantindo a segurança e a qualidade dos produtos e serviços que impactam a saúde da população.

A atuação tem foco na regulação, controle e fiscalização de bens de consumo e serviços de interesse à saúde, desde a produção até o consumo final. As ações da VISA envolvem o monitoramento da qualidade sanitária em diversos setores, como em alimentos, medicamentos e produtos de saúde, serviços de saúde (públicos e privados), meio ambiente, ambientes de trabalho, produtos de uso pessoal e doméstico.

3.4.2.1 Ações no município

Controle e fiscalização de produtos - Fiscaliza a produção, transporte, armazenamento e comercialização de alimentos, medicamentos, cosméticos, produtos para a saúde, saneantes e

agrotóxicos, garantindo que estejam de acordo com as normas sanitárias vigentes.

Fiscalização de estabelecimentos - Realiza inspeções em hospitais, clínicas, consultórios, farmácias, restaurantes, lanchonetes, indústrias e outros estabelecimentos, verificando condições sanitárias, licenciamento e boas práticas.

Vigilância epidemiológica - Monitora a ocorrência de doenças transmissíveis e surtos, tomando medidas para evitar sua disseminação.

Monitoramento de riscos - Avalia e monitora os riscos associados a produtos e serviços, buscando garantir a segurança da população.

Promoção da saúde - Desenvolve ações de educação em saúde, informando a população sobre hábitos saudáveis, segurança alimentar e o uso correto de produtos.

Intervenção em casos de risco - Possui poder de polícia para intervir em situações que representem risco à saúde, podendo realizar a interdição de estabelecimentos, apreender produtos irregulares e aplicar multas.

Acompanhamento e avaliação sanitária - Acompanha o cumprimento das normas e regulamentos, avalia as condições de funcionamento dos estabelecimentos e identifica riscos à saúde.

3.5 Acesso Universal à água de qualidade e quantidade suficiente

3.5.1 Gestão do Sistema

A responsabilidade pela operação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento é do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu (SAAE), por meio de um Contrato de Concessão de Serviços Públicos firmados em 1969. O serviço é considerado satisfatório dentro dos padroes de qualidade e potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde.

3.5.2 Abastecimento de água

Atualmente, o município possui 2.483 ligações de água registradas, sendo 2.457 residenciais, segundo dados do IPARDES/2025.

Tabela 10 – Abastecimento de água segundo as categorias - 2023

Categorias	Unidades atendidas (1)	Ligações
Residenciais	2.457	-
Comerciais	-	-
Industriais	-	-
Utilidade Pública	-	-
Poder Público	-	-

Total	2.483	2.483

FONTE: SANEPAR e SINISA. NOTA: Prestadoras de saneamento divulgados através do SINISA: CAGEPAR, CASAN, DEMAE, Prefeitura Municipal, SAAE, SAAEM, SAEMA e SAMAE. (1) Economias. É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

As comunidades rurais ou isoladas não são atendidas pela rede urbana do SAAE. Nesses locais, o abastecimento é feito por meio de sistemas próprios, gerenciados diretamente pelas comunidades, sem intervenção da autarquia que opera o sistema urbano. De acordo com dados do DATASUS, por meio do Sistema de Informação de Vigilancia da Qualidade de Água (SISAGUA), o município conta com quatro Solução Alternativa Invidual (SAI) para abastecimento de água, que utilizam captação subterrânea:

- **Aurora**: responsável pelo abastecimento de 14 pontos de captação subterrânea;
- **Muriaé**: atende a 17 pontos de captação subterrânea;
- **Água da Mina**: abastece um grupo de residências, por meio de 37 captações subterrâneas;
- **Cresciúma**: atende **7** pontos de captação subterrânea.

O município conta com três Soluções de Abastecimento Coletiva (SACs), responsáveis pelo fornecimento de água à população.

A **primeira solução** capta água de fontes subterrâneas, superficiais e da água da chuva. A água é tratada por meio de desinfecção com cloro gás ou hipoclorito, apresentando cloro residual livre. O sistema não possui etapa de filtração, sendo classificado como “sem filtração”. Também não são realizadas pré-oxidação, fluoretação ou desfluoretação. A distribuição é feita por meio de canalização, com tempo médio diário de funcionamento de 2,6 horas. A captação de água está ativa, porém a vazão total captada não foi informada.

A **segunda solução** utiliza água proveniente de fontes superficiais e da chuva. Assim como na primeira, o tratamento é realizado por desinfecção com cloro gás ou hipoclorito, com presença de cloro residual livre. Não há filtração, fluoretação, desfluoretação ou pré-oxidação. O sistema é canalizado e opera, em média, 2,6 horas por dia. A vazão total da água captada também não foi especificada.

A **terceira solução** também capta água de fontes subterrâneas, superficiais e da chuva. O processo de tratamento consiste apenas na desinfecção com cloro gás ou hipoclorito, mantendo cloro residual livre na água distribuída. Assim como nas demais soluções, não há filtração nem

fluoretação, desfluoretação ou pré-oxidação. A distribuição é feita por canalização e o funcionamento médio diário é de 2,6 horas. A vazão da captação não foi informada.

Captação e Adução

A cidade é abastecida pelo Rio Iguaçu e a captação é realizada por minas d'água localizadas próximas ao Córrego Iguaraçu. A vazão é de aproximadamente 40 mil litros por hora, utilizando duas bombas que operam alternadamente 24 horas por dia. A água captada é conduzida por adução até os reservatórios municipais, localizados no ponto mais alto da cidade, a uma distância de 2,8km.

Tratamento e Reserva

É realizado cloração e fluoretação de água ainda no ponto de captação, com dosagens reforçadas para compensar as perdas que ocorrem durante o deslocamento até o reservatório central, que possuem capacidade de 300 mil litros, responsáveis por garantir o abastecimento regular. Não há reservatórios instalados diretamente no ponto de captação.

Rede de Distribuição

A água tratada é distribuida por meio da rede pública e atende 100% da zona urbana. O consumo médio por domicílio é estimado em 15 mil litros por mês.

3.5.3 Esgotamento Sanitário

Na região, a maioria dos municípios enfrentam limitações à cobertura de esgotamento sanitário. Poucos municípios da regiçao atendem mais de 47% da populalçao com rede coletora de esgoto, e nos municípios com até 5 mil habitantes, como é o caso de Iguaraçu. No município não existe coleta ou tratamento de esgoto sanitário. A população utiliza fossas negras e fossas sépticas.

3.6 Educação Alimentar e Nutricional

3.6.1 Ações de educação Alimentar executadas no município

O município desenvolveu ações contínuas de Educação Alimentar com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas com diferentes públicos:

Escolares

- Oficinas sobre ‘’como montar um prato saudável’’;
- Palestras educativas sobre alimentos ricos em açúcar e seus impactor à saúde;

- Distribuição do Jornal sobre Alimentação Saudável aos alunos;
- Oficina de receitas na APAE, para inclusão e autonomia alimentar
- Palestra ‘’Semáforos da Alimentação’’, utilizando linguagem visual para classificar os alimentos
- Realização de avaliações antropométricas para acompanhamento do estado nutricional dos estudantes

Terceira idade

- Palestras sobre alimentação saudável e a importância da hidratação;
- Atividades práticas com desenvolvimento de receitas saudáveis;
- Avaliações antropométricas para diagnóstico e acompanhamento nutricional individualizado.

4 Diretrizes

O Decreto nº 7.272/2010, que regulamentou o PNSAN, estabelece diretrizes que orientam a implementam de políticas públicas voltadas à garantia do DHAA. Essas diretrizes serviram de base para a elaboração deste plano, juntamente com as propostras discutidas e aprovadas durante a II e III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguaraçu.

As seguintes diretrizes foram estabelecidas:

Diretriz I – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridades para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Diretriz II – Promoção do abastecimento estruturado e de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

Diretriz III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Diretriz IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

Diretriz V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

Diretriz VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;

Diretriz VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

Diretriz VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

As diretrizes IV e VII, por tratarem de realizadades específicas, como povos e comunidades tradicionais e articulações internacionais, não se aplicam à realidade do município de Iguaraçu.

Marco Operacional

Diretriz I – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.				
PROGRAMA	**RESPONSÁVEL**	**SITUAÇÃO ATUAL**	**METAS**	**FONTE DE RECURSO**
PNAE	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente / Secretaria Municipal de Educação	Em Iguraçu, 670 alunos da Rede Municipal recebem alimentação escolar. Diariamente são servidas. Os cardápios são elaborados por nutricionistas. Os alunos que possuem restrições alimentares recebem os alimentos conforme a sua necessidade. Todo o processo de aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição dos alimentos é planejado e executado pela Secretaria da Educação.	- Disponibilização de recursos para implantação a nível municipal de unidades de apoio para recebimento, manipulação, armazenamento, distribuição e transporte adequado dos alimentos comercializados para o PAA, PNAE e outros programas públicos. - Assegurar a continuidade dos Programas PAA, PNAE, e Compra Direta enquanto política pública estratégica para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável dos escolares. - Ampliar progressivamente os recursos destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de forma a dinamizar as economias locais; ampliar o acesso dos escolares e das populações vulneráveis a uma alimentação adequada e saudável; valorizar e diversificar a produção dos alimentos regionais; gerar renda; e valorizar a agricultura familiar. - Padronização dos procedimentos de aquisição de alimentos pelos programas PAA e PNAE, unificando a metodologia de definição de preços, unidades de medidas e preços praticados, respeitando a	PNAE

			regionalidade da definição de preços de referência. - Adequar/ampliar espaço físico da cozinha e refeitório. - Aquisição de novos equipamentos como forno, liquidificador industrial e balança. - Garantir climatização adequada da cozinha (exaustores, ventiladores ou coifa). - Aprimorar gestão e monitoramento: fichas de controle de temperatura e validade, aplicar testes de aceitabilidade com mais regularidade e melhorar a comunicação entre o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Escolar. - Inclusão e atendimento às necessidades especiais com elaboração de cardápios adaptados para alunos com restrição alimentar, criar protocolos para solicitação e autorização de alimentação especial (com laudo médico) e formação com a equipe escolar sobre alimentação inclusiva.	
Programa Bolsa Família	Secretaria Municipal de Assistência Social	Até dezembro de 2024, o município contou com 258 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e 54 famílias atendidas pelo Auxílio Gás. No mesmo período, o Programa Comida Boa contemplou 45 famílias, enquanto o Programa Compra Direta Estadual atendeu 55 famílias.	- Ampliar para 40 o número de famílias beneficiárias por meio da atualização cadastral e do fortalecimento da articulação com o Programa Bolsa Família. - Garantir o acesso ao Auxílio Gás a 100% das famílias já contempladas pelo Bolsa Família. -Ampliar em 70 o número de famílias atendidas pelo Programa Comida Boa.	

Programa Leite das Crianças	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente / Escola Estadual / Secretaria de Assistência Social.	Em janeiro de 2025, 41 famílias foram beneficiadas. O leite entregue vem da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iguaraçu (APPRI). As famílias retiram o leite nas Escolas Estaduais, de segunda, quarta e sexta-feira, sendo que cada criança recebe 2 litros de leite adicionado de vitaminas A, D, Zinco e Ferro.	- Atender 100% das famílias do município que se enquadram nos critérios do Programa Leite das Crianças, do Governo do Estado do Paraná.	
Programa Compra Direta Paraná	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente / Escola Estadual	A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Iguaraçu (APPRI) participa do Programa Compra Direta Paraná, por meio do qual realiza a venda de leite ao Governo do Estado do Paraná, destinado à merenda escolar da rede estadual de ensino		
Programa de Aquisição de alimentos - PAA	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente	O município de Iguaraçu possui convênio ativo com o PAA, do Governo Federal. No entanto, o valor de aquisição atualmente praticado pelo programa está defasado em relação aos custos de produção, o que tem inviabilizado a adesão dos produtores locais e comprometido a efetivação das compras.	- Propor a elaboração de leis específicas que impeçam a interrupção do programa Compra Direta e outros programas de combate à fome. - Aprimorar e ampliar os recursos financeiros para gestão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e para segurança alimentar e nutricional.	

Diretriz II - Promoção do abastecimento estruturado e de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.				
PROGRAMA	**RESPONSÁVEL**	**SITUAÇÃO ATUAL**	**METAS**	**FONTE DE RECURSO**
Fomento a Agricultura Familiar (PNAE-PAA)	IDR Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.	O município encontra-se em fase de elaboração e publicação de chamadas públicas para aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar	- Aplicar, no mínimo, 90% dos recursos destinados à alimentação escolar na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar do município por meio de associações e produtores locais.	
Feiras no Município	Secretaria da Cultura	Iguaraçu conta com uma feira realizada às terças-feiras.	- Padronização de 100% das barracas. - Uniformização dos feirantes. - Treinamento de Boas Práticas de Fabricação para os feirantes (capacitação).	
Implantação de coleta seletiva	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iguaraçu – ACMRI. / Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.	O serviço está disponível no município, com coletas realizadas às terças e quintas-feiras.	- Aquisição de máquina para beneficiamento de vidro reciclável. - Construção de um barracão para triagem de materiais recicláveis. - Montagem das esteiras de triagem. - Aquisição de equipamentos para segregação de materiais.	

Diretriz III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;				
PROGRAMA	**RESPONSÁVEL**	**SITUAÇÃO ATUAL**	**METAS**	**FONTE DE RECURSO**
Programa Educação Alimentar no PPP e Segurança Alimentar	Coordenação Escolar/Nutricionista Responsável Técnica	A escola realiza distribuição regular de refeições conforme cardápio do PNAE. Já foram realizadas algumas ações de educação alimentar com apoio da equipe escolar. Não há cronograma fixo de EAN. As merendeiras participaram de uma capacitação em boas práticas no último ano.	- Implantar calendário fixo de ações de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas (EAN) com participação da comunidade escolar. - Realizar capacitação anual para equipe de cozinha. - Ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar - Criar protocolo para atendimento a alunos com restrição alimentar. - Capacitação e formação contínua sobre boas práticas na manipulação de alimentos, segurança no trabalho e combate ao disperdício. Iserir formações sobre alimentação saudável e uso integral de alimentos. - Inserir ações mensais sobre Educação Alimentar e Nutricional. - Realizar campanhas temáticas (Semana da Alimentação Saudável, Horta Escolar).	

Diretriz V – fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;				
PROGRAMA	**RESPONSÁVEL**	**SITUAÇÃO ATUAL**	**METAS**	**FONTE DE RECURSO**
Programa de dispensação de fórmulas infantis e dietas enterais	Secretaria da Saúde	Fórmulas alimentares e leites especiais para crianças de 0 a 6 anos, gestantes, lactantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. O programa atende usuários que apresentam condições clínicas específicas, como baixo peso, fraqueza, dificuldade alimentar, intolerâncias, alergias, necessidade de nutrição enteral ou tratamento oncológico, entre outras situações que demandam acompanhamento nutricional especializado. O município já contabiliza 107 usuários atendidos até o momento, com perfis diversos e demandas nutricionais variadas. O acompanhamento é realizado de forma contínua, com visitas domiciliares, contato com as famílias e avaliação do impacto da ação na saúde e bem-estar dos beneficiários.	Ampliar o programa, como leite aminoácido para casos graves de alergia à proteína do leite de vaca, fórmulas para pacientes com disbiose intestinal e nutrição hipercalórica para pessoas vivendo com HIV. Recomenda-se a inclusão desses itens em futuros processos licitatórios e a manutenção de um estoque mínimo estratégico para atender novas demandas emergenciais, garantindo assim a continuidade e efetividade da ação.	
Atendimentos nutricionais	Secretaria da Saúde	Os atendimentos nutricionais no município de Iguaraçu são realizados mediante encaminhamento médico, com foco em pacientes que apresentam dificuldades na perda ou ganho de peso, além de outras condições de saúde que exigem acompanhamento	Aquisição de equipamentos e materiais de apoio • Balança com bioimpedância para avaliação da composição corporal; • Estadiômetro para aferição precisa da estatura; • Programa informatizado para cálculo de	

		especializado. As consultas ocorrem na Academia da Saúde, com retorno agendado para 30 dias. Além dos atendimentos individuais, são promovidas ações coletivas por meio de palestras educativas, com foco na reeducação alimentar, controle de peso e promoção da saúde. A média mensal de atendimentos é considerada alta, com aproximadamente 68 atendimentos por mês (média de abril, maio e junho). Esses atendimentos incluem também visitas domiciliares, especialmente destinadas a idosos em uso de suplemento nutricional. Grupos de Atendimento Coletivo O município já contou com grupos de apoio coletivo voltados ao enfrentamento da obesidade: • Grupo PMTO (Programa Municipal de Tratamento da Obesidade): contava com 45 membros, atualmente inativo. • Grupo PNDO (Programa Nacional de Doenças e Obesidade): focado em ações específicas de combate ao sobrepeso e obesidade, também inativo no momento. Programa de Suplementação de Vitamina A O município desenvolve ações contínuas de suplementação de Vitamina A para crianças de 6 meses a 4 anos e 11 meses, conforme os protocolos do Ministério da Saúde. O objetivo	cardápios nutricionais; • Materiais educativos, como fantoches e recursos lúdicos para ações de educação alimentar. Reativação e ampliação de grupos de atendimento coletivo • Retomar o funcionamento do Grupo de Obesidade, com acompanhamento multiprofissional; • Implantar o Grupo de Gestantes, com foco em alimentação saudável, suplementação e orientações nutricionais durante a gestação.	

		do programa é: • Proteger a saúde ocular das crianças; • Favorecer o crescimento e o desenvolvimento infantil; • Reduzir o risco de diarreia e a mortalidade infantil. As campanhas de suplementação são realizadas regularmente no CMEI "Gente Pequena" e na UBSF Copacabana. Como trata-se de um programa contínuo, cada criança recebe três doses, com intervalo de 6 meses entre elas.		

Diretriz VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;				
PROGRAMA	**RESPONSÁVEL**	**SITUAÇÃO ATUAL**	**METAS**	**FONTE DE RECURSO**
Gerenciamento e Controle Ambiental	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente. Secretaria de Saúde / IDR	Monitoramento da qualidade da agua das propriedades rurais - VIGIÁGUA. Fiscalização/orientação sobre resíduos. Proteção de minas	- cobertura de 100% dos produtores que participam da agricultura familiar serem contemplados	
Educação Ambiental	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente /	O município desenvolve ações de educação ambiental por meio do Projeto ''Educar para Reciclar'', que tem como objetivo conscientizar crianças sobre a importância da separação correta dos materiais recicláveis.	- Ampliar o projeto ''Educar para Reciclar'' para a terceira idade. - Realizar ações semestrais nas escolas do município para conscientização e prevenção de vetores, com atividades educativas para os alunos, professores e	

	Secretaria de Saúde	A Secretaria de Saúde, desenvolve através do Programa Saúde na Escola (PSE), com foco na prevenção das arboviroses e do escorpionismo. As atividades ocorrem nas escolas do município e envolvem práticas lúdicas e interativas adequadas à faixa etária dos alunos. Durante as visitas, as equipes de Vigilância Ambiental e os agentes de combate à endemias realizam bate-papos educativos abordando temas como: eliminação do mosquito *Aedes aegypti,* cuidados com escorpiões, limpeza de quintais e uso correto de repelentes. Para tornas as ações mais atrativas, uma fantasia de Mosquito da Dengue é utilizada. Além disso, a equipe de endemias particia de eventos municipais, promovendo conversas com a popoulação.	responsáveis. - Desenvolver de forma contínua ações de sensibilização na comunidade, com visitas domiciliares, carro de som e mídias sociais, conforme demanda. - Participar de eventos comunitários e municipais, promovendo entrega de panfletos informativos.	
Saneamento	SAAE	A qualidade da água distribuída no município é monitorada conforme os padrões do Ministério da Saúde, atendendo cerca de 2.457 residências. Comunidades rurais ou isoladas não são atendidas pela rede pública. O município não possui sistema de coleta ou tratamento de esgoto, sendo utilizadas fossas negras e sépticas pela população.	- Ampliar o acesso à água potável à comunidades rurais. - Realizar monitoramento da potabilidade da água. - Implantar sistema de saneamento básico, para coleta e tratamento de esgoto. - Ações educativas de saneamento rural.	

Diretriz VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.				
PROGRAMA	**RESPONSÁVEL**	**SITUAÇÃO ATUAL**	**METAS**	**FONTE DE RECURSO**
Conselho Municipal de Segurança Alimentar	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente	Existente	- Criar ações educativas e fiscalizadoras para garantir o acesso da população municipal a alimentos de qualidade, por meio de oficinas, visitas em escolas, cursos e outras ações para que esse termo seja trabalhado. - Promover a capacitação dos membros do Conselho de Segurança alimentar para que os mesmos possam contribuir efetiva e continuamente para a melhoria da alimentação da população em situação de vulnerabilidade social. - Realizar cursos de capacitação com o objetivo da redução do desperdício e reaproveitamento dos alimentos ás famílias e produtores da agricultura familiar. - Articulação junto a Associação de Catadores de Recicláveis e Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agricultura, Secretaria de Assistência Social (PSE) e IDR para construção de uma horta comunitária para implementação da coleta de materiais, com troca de alimentos. - Disponibilização de técnicos e recursos do estado para auxilio aos membros da CAISAN e COMSEA, para elaboração do plano Municipal de Segurança Alimentar e para definição e execução das politicas públicas voltadas ao combate da situação de insegurança alimentar.	

Indicadores de vulnerabilidade social.	Secretaria da Assistência Social	Em 2024, o CRAS de Iguaraçu realizou um total de 2.645 atendimentos gerais à população. Foram realizadas 158 visitas domiciliares com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e identificar situações de vulnerabilidade. No que se refere aos benefícios eventuais, como cesta básica, auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio transporte e documentação civil, foram concecidos 1.092 atendimentos. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) atendeu 127 pessoas, sendo 79 crianças e adolescentes e 48 idosos.		
Indicadores de Saúde	Secretaria de Saúde	SISVAN - O SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) é uma ferramenta do Ministério da Saúde utilizada para acompanhar o estado nutricional da população brasileira e os fatores que influenciam a alimentação e nutrição.		
Indicadores da Agricultura	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente	- Dados sobre os produtos ofertados; - Disponibilidade sazonal de alimentos - Levantamento de preço	- Relação aproximada com o agricultor - Acompanhamento da produção	
Indicadores educacionais PNAE	Secretaria de Educação	As nutricionistas realizam supervisões técnicas nas unidades escolares para fiscalizar e orientar o recebimento, preparo e distribuição dos alimentos. Ainda não foi realização testes de aceitabilidade com os alunos esse ano, mas está no planejamento que seja executado no segundo semestre, mas	- Testes de aceitabilidade com os alunos, inclusive na creche.	

		a aceitação é avaliada constantemente de maneira visual e por analise de restos de pratos.		